

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 034/2023, DE 12 DE JULHO DE 2023.

**INSTITUI A LEI MUNICIPAL DE
PROTEÇÃO AOS ANIMAIS E CRIA
O CONSELHO MUNICIPAL.**

GIOVAN POGANSKI, Prefeito Municipal de Quatro Irmãos, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º - O desenvolvimento de ações objetivando o controle de populações animais, prevenção de zoonoses, controle da natalidade e proteção de animais no Município de Quatro Irmãos passam a ser regulamentadas nos estritos termos da presente Lei.

Art. 2º - Fica o Órgão Sanitário da Municipalidade responsável pela execução, fiscalização e aplicação da presente Lei, podendo solicitar o auxílio de outros órgãos da Administração Pública.

Art. 3º - Para fins desta Lei, entende-se por:

I - ZOONOSES - infecção ou doença infecciosa, transmissível naturalmente, entre animais e o homem e vice-versa;

II - AGENTE SANITÁRIO – profissional lotado na fiscalização de meio ambiente e/ou vigilância sanitária

III - ÓRGÃO SANITÁRIO RESPONSÁVEL – Setor de Meio Ambiente e Urbanismo e/ou Vigilância Sanitária

IV - ANIMAIS DOMÉSTICOS - aqueles de valor afetivo ou de estimação, possíveis de coabitar naturalmente com o homem;

V - ANIMAIS DE USO ECONÔMICO - as espécies domésticas criadas, utilizadas ou destinadas à produção econômica;

CAPÍTULO II

Da Prevenção e Controle de Zoonoses

Art. 4º - Constituem-se objetivos básicos de ação de prevenção e controle de zoonoses:

- I - prevenir, reduzir e eliminar a morbidade, bem como, os sofrimentos humanos causados pelas zoonoses urbanas mais prevalentes;
- II - preservar a saúde da população, através do emprego dos conhecimentos e experiências da Saúde Pública

CAPÍTULO III

Do Cadastro dos Animais

Art. 5º - Fica determinado a criação do Cadastro Municipal de Animais Domésticos.

Art. 6º O Município de Quatro Irmãos/RS deverá criar e manter, a partir dos órgãos responsáveis por meio ambiente e saúde pública o Cadastro dos Animais Domésticos especialmente cães, sob seus cuidados exceto os animais que já são cadastrados pela atividade rural desenvolvida.

§ 1º O Cadastro deverá conter no mínimo:

- I – O número da carteira de Identidade e número do CPF do tutor do animal;
- II – O endereço do tutor, o endereço onde o animal é mantido e sua procedência;
- III – o nome popular da espécie, a raça, o sexo, a idade real ou presumida, as vacinas já tomadas e doenças já contraídas ou em tratamento;
- IV – a categoria do animal quanto à sua função:
 - a) estimação;
 - b) produção;
 - c) entretenimento;
- V – se o animal é portador de chip ou tatuagem que o identifique como cadastrado.

§ 2º O tutor deverá informar, no Cadastro, a venda, a doação ou a ocorrência de morte do animal e sua causa.

Art. 7º As informações fornecidas ao Cadastro Municipal de Animais Domésticos são de responsabilidade do declarante nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO IV

Do Controle Populacional

Art. 8º - Constituem-se objetivos básicos de ações de controle de população animal:

- I - CONTROLE NATURAL - baseados em campanhas educativas e científicas;
- II - CONTROLE DA NATALIDADE – através do Programa de esterilização de cães e gatos

Art. 9º - As cirurgias de esterilização serão realizadas nos estabelecimentos contratados que já tenham as instalações e os equipamentos necessários a esta finalidade.

CAPÍTULO V

Da Responsabilidade do Proprietário de Animais

Art. 10 - Os atos danosos cometidos pelos animais são de inteira responsabilidade de seus proprietários.

Parágrafo único - Quando o ato danoso for cometido sob a guarda de proposto, estender-se-á a este a responsabilidade a que alude o presente artigo.

Art. 11 - É de responsabilidade dos proprietários a manutenção dos animais em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem-estar, bem como as providências pertinentes à remoção dos dejetos por eles deixados em via pública.

Art. 12 - É proibido abandonar animais em qualquer área pública ou privada.

Art. 13 - O proprietário fica obrigado a permitir o acesso do Agente Sanitário, quando no exercício de suas funções, às dependências de alojamento do animal, sempre que necessário, bem como a acatar as determinações dele emanadas devendo disponibilizar.

I - abrigo adequado, salubre e higiênico, capaz de protegê-los de chuva, vento, frio, sol e calor, com acesso a espaço suficiente para que possa exercer seu comportamento natural;

CAPÍTULO VI

Da participação direta do Município

Art. 14 – Aos cães e ou gatos em abandono o Município disponibilizará a esterilização prevista no artigo 8º, bem como, se necessário, efetuará a contratação de consulta veterinária e adquirirá os medicamentos necessários.

Parágrafo único – A esterilização poderá, dependente da disponibilidade financeira do Município, ser estendida aos animais cujos proprietários não tenham condições econômicas de efetua-las.

Art. 15 - O Município buscando o atendimento e o respeito aos direitos dos animais implementará, por meio da inclusão do tema nos currículos escolares, em atividades escolares complementares e por campanhas educativas, utilizando-se os meios de comunicação adequados, nas escolas, associações de bairros, canais oficiais de comunicação do Governo Municipal e em outros espaços comunitários, que propiciem a assimilação pelo público em geral acerca da adoção ética e responsável dos animais domésticos e/ou de estimação, da existência da consciência animal, do sofrimento animal e do enaltecimento das práticas de vivência e convivência mais éticas, pacíficas e solidárias;

Art. 16 – Poderá ser efetuado cadastro para lares temporários atendendo:

I - No cadastro para Lar Temporário no Setor de Vigilância Sanitária não serão aceitos interessados que possuam histórico de maus-tratos a animais ou registros de notificações no Departamento de Proteção Animal, incluindo-se quaisquer membros do grupo familiar que residam no mesmo domicílio.

II - Os Lares Temporários devidamente cadastrados receberão animais encaminhados pelo Setor de Vigilância Sanitária a partir da assinatura de um termo de responsabilidade provisória.

III – Os animais encaminhados para Lar Temporário serão prioritariamente aqueles que:

I - Forem retirados de seu proprietário ou tutor por situação de maus tratos, sendo no caso o fato comunicado à autoridade policial para verificação de crime;

II - Estiverem em situação de abandono na qual não foi possível a identificação do proprietário ou tutor;

III - estiverem em situação de risco.

IV- Aqueles que se disponibilizarem a receber animais como Lar Temporário através do Setor de Vigilância Sanitária responsáveis pelo bem estar dos mesmos, atendendo com recursos próprios as necessidades básicas do animal, como alimentação e higiene.

Art. 17 - Os indivíduos e famílias que realizarem Lar temporário conforme previsto nesta Lei poderão, comprovada a necessidade financeira, solicitar o Auxílio-Lar Temporário, que consistirá na prestação de um benefício em pecúnia.

Art. 18 - O valor do auxílio poderá ser concedido de acordo com os seguintes critérios:

I - Valor correspondente a ½ Valor de Referência Municipal – VRM dia, para o Lar Temporário que prestar cuidados a um animal pelo período em que estiver aguardando adoção.

II – Este período não poderá ser superior a 90 dias, e quando o prazo for superior a este será considerado, por parte do lar adoção.

III- A concessão do Auxílio-Lar Temporário se dará dentro dos limites orçamentários anuais.

IV - Parágrafo único. Caso as solicitações de Auxílio superem a disponibilidade orçamentária, as remanescentes não atendidas terão prioridade em receber o benefício no próximo ano.

Art. 19. O Auxílio-Lar Temporário poderá ser concedido a indivíduo ou família cadastrada para Lar Temporário que atender os critérios por uma única vez no período de 12 meses, sendo que os valores não são cumulativos;

I - O Município assumirá, com recursos próprios o atendimento previsto no artigo 8º, bem como a disponibilização de médico veterinário para consultas e fornecimento de remédios, através da contratação destes serviços.

Art. 20 - A manutenção de animais em edifícios condominiais será regulamentada pelas respectivas convenções.

Art. 21 - Todo proprietário de animal é obrigado a manter seu cão ou gato permanentemente imunizado contra a raiva.

Art. 22 - Em caso de falecimento do animal, cabe ao proprietário a disposição adequada do cadáver.

CAPÍTULO VII

Da Criação do Conselho Municipal de Defesa dos Animais

Art. 23 - Fica criado o Conselho Municipal de Defesa dos Animais – COMUDA – órgão consultivo e deliberativo, instrumento de política pública de destinação e gerenciamento de receitas e meios para o desenvolvimento e a execução de ações

voltadas à saúde, à proteção, à defesa e ao bem-estar animal no Município de Quatro Irmãos, visando à saúde humana e a proteção ambiental.

Art. 24 - O COMUDA tem como objetivos:

- I – incentivar a guarda responsável dos animais, conforme a legislação vigente;
- II – acompanhar, discutir, sugerir, propor e fiscalizar as ações do poder público e o fiel cumprimento da legislação de proteção animal;

Art. 25 - São atribuições do Conselho Municipal de Defesa dos Animais;

- I – emitir parecer e deliberar em situações definidas nos termos do Art. 18 desta Lei;
- II – avaliar projetos no âmbito do poder público relacionado com a proteção animal e o controle de zoonoses;
- III – propor alterações na legislação vigente para garantir o cumprimento do direito legítimo e legal dos animais;
- IV – propor e auxiliar a realização de parcerias com empresas públicas e privadas que possam apoiar, com auxílio financeiro ou força de trabalho, o cumprimento dos objetivos deste Conselho;
- V – propor prioridades e linhas de ação na alocação de recursos em programas e projetos relacionados à guarda responsável;
- VI – solicitar e acompanhar as ações dos órgãos da Administração Pública, Direta ou Indireta, que têm incidência no desenvolvimento dos programas de proteção e defesa dos animais;
- VII – acionar os órgãos competentes em situações relativas ao bem estar animal;
- VIII – requisitar e acompanhar diligências e adotar providências contra situações de maus tratos aos animais;
- IX – requerer na Justiça a proibição da tutela de animais e outras ações que visem à proteção animal, em situações previstas na legislação vigente;
- X – propor e auxiliar o poder público na realização de campanhas de esclarecimento à população quanto à guarda responsável, educação ambiental e saúde pública, conforme definido na legislação;
- XI – contribuir com a organização, orientação e difusão de práticas de guarda responsável no Município;
- XII – incentivar a realização de estudos e trabalhos relacionados com a proteção animal.

Art. 26 - O COMUDA será constituído por 06 (seis) membros, com mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução, representantes:

I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

II – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

III – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

IV – 1 (um) representante da Segurança Pública

V – 2 (dois) representantes da comunidade em geral;

§ 1º Para cada membro do Conselho será indicado um suplente da mesma área de atuação.

§ 2º Cada membro tem direito a um voto.

§ 3º A função de membro do COMUDA é gratuita e considerada serviço público relevante, ficando expressamente vedada a concessão de quaisquer tipos de remuneração, vantagens ou benefícios de natureza pecuniária.

§ 4º O COMUDA será presidido por um dos seus membros, eleito por maioria simples, na primeira reunião ordinária, ficando os dois segundos mais votados eleitos para os cargos de Vice Presidente e Secretário.

§ 5º Os representantes, titular e suplente, dos órgãos e entidades, serão indicados pelas respectivas instituições e nomeados pelo Prefeito.

§ 6º A substituição de representantes será efetivada mediante justificativa aprovada pela maioria, mantendo-se inalterada a sua constituição.

§ 7º A inclusão de novos representantes ou entidades se dará mediante decreto.

§ 8º Os membros do COMUDA que não comparecerem a três reuniões num prazo de 12 (doze) meses perderão o mandato, devendo ser informado, de imediato, o órgão ou entidade que os indicou, para, num prazo de 15 (quinze) dias, providenciar a substituição.

CAPITULO VIII

Das Disposições Finais

Art. 27 - Sujeitar-se-á às penalidades desta Lei, bem como as outras normas aplicáveis, o infrator que desrespeitar ou desacatar o Agente Sanitário ou ainda criar qualquer obstáculo ao exercício de suas funções.

Art. 28 - É de inteira responsabilidade dos proprietários a manutenção de seus animais em condições adequadas de alojamento, bem como providências necessárias à remoção dos dejetos por ele deixados nas vias públicas e a manutenção da higidez animal procedendo o tratamento e vacinações prescritas por médicos-veterinários particulares ou associações legalizadas.

Art. 29 - Os atos e danos cometidos por animais, são de inteira responsabilidade de seus proprietários e prepostos, conforme preceitua o Código Civil Brasileiro.

Art. 30 - Em caso de morte de animais, cabe ao proprietário a disposição adequada do cadáver ou seu encaminhamento ao departamento competente.

Art. 31 - O Órgão Sanitário Responsável promoverá e engendrará campanhas educativas e didáticas, visando orientar a população em geral, para o trato adequado aos animais, a fim de evitar as zoonoses e crueldades, orientando para uma limitação da natalidade animal, através de esterilização dos mesmos.

Art. 32 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Quatro Irmãos, 12 de julho de 2023.

GIOVAN POGANSKI
Prefeito Municipal.

MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 034/2023

Remetemos, em anexo, o projeto de lei nº 034/2023, que tem por objetivo prever a legislação de proteção aos animais, especialmente com relação aos cães e gatos.

Hoje temos legislação que prevê a esterilização de animais e gatos o que tem ocorrido e apresentou resultados muito bons.

O Ministério Público não aceitou que se mantivesse a legislação sobre o assunto restrita à esterilização, devendo, consoante recomendação, o ser ampliada.

O projeto cria a estrutura mínima possível de atender os animais, protegendo-os de maus tratos, responsabilizando seus tutores a fim de que ofereçam condições mínimas de bem estar.

Geralmente é proposta a criação de um canil para os cães abandonados, todavia, diante do custo que isto representa, estamos criando o lar temporário para que voluntários abriguem estes animais abandonados com o ressarcimento diário de ½ VRM.

Será efetuado cadastro dos lares voluntários a fim de se programar o atendimento a estes animais.

Os programas de esterilização continuam, prevendo o projeto também consultas e disponibilização de remédios aos cães sem tutores.

Cria-se, também o Conselho Municipal de Proteção dos Animais – COMUDA, cuja finalidade de composição está prevista no próprio projeto.

Entendendo que o projeto atende ao interesse público, esperamos, que após devidamente analisado o presente seja aprovado.

GIOVAN POGANSKI
Prefeito Municipal.